



JORNAL

FENAJUFE EM PAUTA

14ª EDIÇÃO | DE 17 A 21 DE MARÇO DE 2025 | ANO 2

NOTA DE REPÚDIO CONTRA ASSÉDIO Casos no TRF-2

PÁG. 7

**Fenajufe cobra
retomada dos
debates sobre
reestruturação
da carreira**

PÁG. 3

**Fenajufe participa de
debate no CNJ**

PÁG. 10

**REESTRUTURAÇÃO JÁ!
Mobilização nos dias 20 e 31
será decisiva**

PÁG. 11

E mais...



12º Foz do Iguaçu — ABRIL/2025 Congrejufe



EXPEDIENTE

Supervisão - Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Carneiro
Fernanda Lauria
Márcia Pissurno

Projeto Gráfico - Paula Morena

Logotipo - Rap Design

Textos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Fotos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Colaboração: Ana Carolina Rubo, estagiária da Fenajufe

Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União *Joana Darc Melo*

Endereço - SCS, Quadra 2, Bloco "C", Edifício Serra Dourada, 3º Andar, salas 312 à 318 70300-902

Telefone - (61) 3962 - 8925

E-mail - imprensa@fenajufe.org.br



Fórum de Carreira do CNJ Fenajufe cobra compromisso firmado para retomada dos debates sobre a reestruturação da carreira

Reunião está prevista para ocorrer este mês, mas até o momento não foi agendada

A Fenajufe enviou ofício na segunda-feira (17), ao coordenador do Fórum Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do PJU do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Guilherme Feliciano, solicitando o agendamento de uma reunião para discutir a reestruturação da carreira dos servidores e servidoras do PJU. Essa reunião será o primeiro passo para a retomada dos trabalhos do fórum neste ano e deve ocorrer ainda em março de 2025, conforme compromisso firmado pelo conselheiro no ano anterior.

O objetivo é finalizar o texto da proposta de reestruturação para ser enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). No ofício, a Federação reforça que a urgência em cumprir o cronograma é fundamental para que o Supremo avalie a proposta e, posteriormente, elabore o projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.

Dada a importância dessa pauta, a Fenajufe solicita que a data da reunião seja definida rapidamente, garantindo a participação das entidades representativas e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Na última reunião do fórum, realizada em novembro, foi aprovada a proposta do Adicional de Qualificação (AQ), que já está sendo analisado pelos diretores-gerais dos tribunais superiores e dos conselhos. O texto, inicialmente apresentado pela Federação, foi aprimorado com contribuições de representantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), diretores-gerais dos tribunais, conselhos superiores e diretores de Gestão de Pessoas em encontros anteriores.

Fernanda Miranda

AQ: STF solicita aos conselhos e tribunais superiores informações sobre a disponibilidade orçamentária para absorção da proposta aprovada no Fórum de Carreira



Caso a proposta não possa ser atendida, o Supremo solicitou sugestão de alterações para viabilizar a implementação do AQ

O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Eduardo Toledo, oficiou nesta semana os conselhos e tribunais superiores solicitando informações sobre a disponibilidade orçamentária para absorção da proposta vinda do Fórum de Carreira dos Servidores do PJU no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a respeito do adicional de qualificação (AQ). O DG destacou a importância de que a alteração ocorra sem prejuízo da execução das demais atividades essenciais.

No documento, Toledo ressaltou que, caso a proposta encaminhada pelo CNJ não possa ser atendida como apresentada, que os tribunais e conselhos superiores apresentem encaminhamento de sugestões de alterações necessárias para viabilizar orçamentariamente a implementação de melhorias no AQ.

O texto, inicialmente apresentado pela Fenajufe, foi alterado com as contribuições de representantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), diretores-gerais dos tribunais, conselhos superiores e diretores de gestão de pessoas. A minuta do anteprojeto de lei propõe alteração do art. 15 da Lei 11.416/2006 no que se refere ao AQ e foi aprovada no Fórum, em dezembro de 2024, sendo posteriormente enviada ao STF.

A Federação defende o encaminhamento e a implementação dessa proposta sem cortes ou reduções, garantindo a valorização da qualificação dos servidores.

Raphael de Araújo

Equiparação

Após atuação da Fenajufe, STF reajusta auxílio-alimentação de seus servidores

Federação solicitou ao CNJ a expedição da portaria conjunta estendendo os efeitos aos demais ramos

Após atuação da Fenajufe, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, na última sexta-feira (14), portaria reajustando o valor do auxílio-alimentação de seus servidores e servidoras – de R\$ 1.460,40 para R\$ 1.784,42, um percentual de 22,19%. A medida entra em vigor a partir de 1º de abril.

A Federação também encaminhou ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando a expedição da portaria conjunta estendendo os efeitos aos demais ramos; o CNJ sinalizou que está preparando a portaria conjunta.

O reajuste foi solicitado pela Fenajufe em uma reunião, em fevereiro,

com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo. Essa reunião ocorreu após a publicação de uma portaria do CNJ em 1º de fevereiro, reajustando o auxílio-alimentação em apenas 4,83% — R\$ 67,30. Na ocasião, a Federação reforçou a importância de um reajuste digno para a categoria.

O DG, por sua vez, reconheceu a reivindicação e explicou que a última atualização do benefício seguiu a lógica de equiparação com os valores pagos pelo Congresso. Diante disso, a Federação se manteve atenta e, assim que o Senado anunciou o reajuste de 22,19%, cobrou formalmente a implementação da mesma atualização para os servidores e servidoras do PJU.

Mas a luta por melhorias no benefício dos(as) servidores(as) começou bem antes: a Federação solicitou a revisão do benefício em novembro de 2024, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, que permitiria o aumento acima da inflação e sem restrições orçamentárias. Garantia que foi conquistada por meio de emenda legislativa, articulada pela Fenajufe, no Congresso Nacional.

A Federação segue acompanhando de perto o tema e aguarda a publicação da portaria conjunta do CNJ com a atualização dos valores do benefício.

Fernanda Miranda



Fenajufe solicita ao STF e PGR implementação urgente das reivindicações dos(as) servidores(as) do PJU e MPU

Federação busca audiência com os dois órgãos e reforça mobilização nos dias 20 e 31

A Fenajufe encaminhou ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria Geral da União (PGR) na segunda-feira (17). Endereçados ao presidente da Suprema Corte, Luís Roberto Barroso e ao procurador-geral Paulo Gonet, os expedientes solicitam implementação urgente da pauta de reivindicações das servidoras e servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Nos documentos, a Federação reforça a importância de valorização da categoria e reafirma que os servidores do PJU e do MPU desempenham um papel fundamental na efetivação dos direitos e na garantia do acesso à justiça, sendo imprescindível que sua dedicação e esforço sejam reconhecidos e devidamente valorizados.

Entre os principais pontos da pauta, constam:

1. Reajuste Salarial para 2026

O diretor-geral do STF, Dr. Eduardo Toledo, informou que a categoria terá reajuste a partir de janeiro de 2026, com o índice a ser definido até junho de 2025. Um Projeto de Lei deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional até agosto de 2025 para inclusão da recomposição no Anexo V da Lei Orçamentária de 2026.

2. Adicional de Qualificação (AQ)

• A proposta aprovada no Fórum de Gestão e Carreiras do CNJ – A Fe-

najufe solicita o encaminhamento e a implementação dessa proposta sem cortes ou reduções, garantindo a valorização da qualificação dos servidores.

3. Reestruturação da Carreira

• A Fenajufe defende as diretrizes do PCCS aprovado na Plenária de Belém, com o compromisso do STF de encaminhar uma proposta de reestruturação de carreira ainda em 2025. Nesse ponto o apelo é para que o projeto avance sem amarras fiscais que inviabilizem a melhoria das condições de trabalho e remuneração da categoria.

4. Equiparação do Auxílio-Alimentação

• O reajuste concedido pelo STF em fevereiro de 2025 (4,3%) foi insuficiente, elevando o auxílio-alimentação para apenas R\$ 1.460,40. O valor pago no Senado Federal e no Tribunal de Contas da União (TCU) foi atualizado para R\$ 1.784,42. Considerando que o próprio STF já adotou como referência o auxílio pago no Congresso Nacional, a Federação solicita que a equiparação seja implementada, via portaria conjunta, imediatamente.

Ainda com a mesma urgência, a Fenajufe solicita audiência com os chefes das instituições o mais breve possível para tratar dos temas acima elencados.

Mobilização nacional

As entidades de base da Fenajufe irão realizar atos e manifestações em Brasília e nos estados no dia 20 com paralisações e greve de 24 horas. Alguns estados como São Paulo, Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Campinas já confirmaram greve nesse dia.

A Greve/Mobilização Nacional, sob o mote "Qual é o seu valor? Servidor(a) no orçamento!", tem como pautas centrais a isonomia do auxílio-saúde, a valorização salarial com reestruturação de carreiras e outros pontos prioritários já deliberados pela categoria.

Com a mesma movimentação, a Fenajufe e as entidades organizam grande ato no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no dia 31. Na ocasião, ocorrerá sessão onde o reajuste da Indenização de Transporte (IT) dos Oficiais de Justiça será julgado e o auxílio-saúde poderá entrar na pauta do dia. A Fenajufe busca pela isonomia do valor para servidoras e servidores de todos os ramos da justiça.

Joana Darc Melo





Ministros do STF criticam supersalários de juízes e desembargadores

O ministro do STF, Flávio Dino, chamou as manobras e penduricalhos usados para aumentar o salário da categoria de “criatividade administrativa”

Durante o julgamento, na primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira (18), o ministro Flávio Dino chamou de “criatividade administrativa” as manobras — como penduricalhos — utilizadas para aumentar o salário de juízes de primeira instância e desembargadores. A fala do magistrado, é uma resposta a colocação da ministra Cármen Lúcia, que declarou que essas estratégias “constrangem o Judiciário”.

“Vemos uma criatividade administrativa, sobretudo, em temas remuneratórios, que é algo que constrange o Judiciário”, afirmou Dino.

Por conseguinte, a ministra Cármen Lúcia também se manifestou e destacou que pretextos como estes desrespeitam a ética da magistratura e violam a confiança da sociedade:

“Afronta não apenas a magistratura, a ética da magistratura, as normas constitucionais, mas principalmente é um avanço contra o direito que o cidadão tem de saber a cada servidor público que nós somos, juízes, quanto se paga, qual é a remuneração, por que se paga e qual é a base legal, sem

nenhum subterfúgio”, declarou a magistrada.

As declarações foram dadas durante o julgamento de mandado de segurança requerido contra o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), acusado de interferir em decisão judicial referente às eleições para a presidência da Fiepa (Sistema da Federação das Indústrias do Pará).

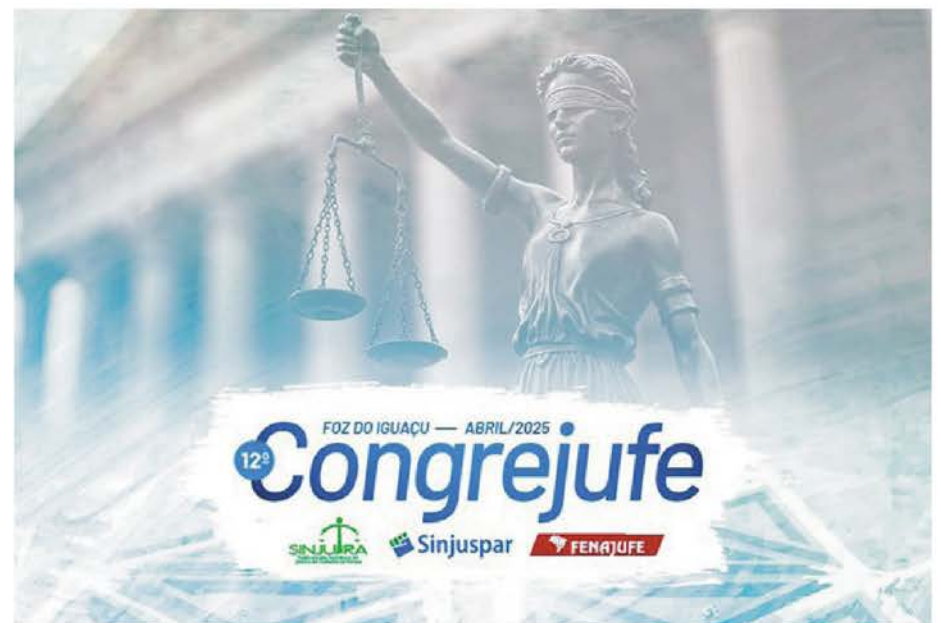
A Fenajufe denuncia novamente a contradição: enquanto o discurso oficial das administrações dos tribunais alega falta de verba para corrigir minimamente as perdas salariais, o mesmo orçamento é usado para conceder privilégios à magistratura.

As servidoras e servidores do Judiciário enfrentam anos de desvalorização e sofrem com a ausência de reajustes salariais com ganho real, visto que a última reestruturação da carreira ocorreu há 18 anos. A Federação segue na luta em prol das demandas para garantir a inclusão da categoria no orçamento do Judiciário.

Ana Carolina Rubo - Estagiária da Fenajufe
Supervisão: Raphael de Araújo

Fenajufe publica teses de pauta de reivindicações, plano de lutas, opressões, políticas permanentes e organização sindical

O 12º Congresso Nacional da Fenajufe ocorrerá em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 2025



Em cumprimento ao calendário de prazos do 12º Congresso Nacional, a Fenajufe divulgou, na sexta-feira (21), as teses de pauta de reivindicações, plano de lutas, opressões e políticas permanentes e teses de organização sindical aprovadas na Plataforma de Gerenciamento de Eventos. O Congrejufe, instância máxima da Federação, ocorrerá em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 2025.



LEIA O QR CODE
E ACESSE O
CONTEÚDO





Nota de repúdio contra assédio; casos no TRF-2

A Federação expressa sua solidariedade a todas as vítimas de assédios

A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) vem a público manifestar veemente repúdio às frequentes condutas de assédio laboral e sexual no PJU e no MPU.

É absolutamente inadmissível que práticas dessa natureza ainda ocorram em um ambiente de trabalho, que deveria ser um espaço de respeito e dignidade para todos os servidores.

Diante disso, esta nota de repúdio foi motivada pelas denúncias de

assédio moral e sexual envolvendo o desembargador Guilherme Diefenthaler, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). O magistrado é acusado de assediar funcionárias de seu gabinete.

Segundo noticiado pela imprensa, o Conselho da Justiça Federal (CJF) afastou o desembargador do TRF2 na última segunda-feira (20). A decisão foi tomada durante a sessão dessa data e assinada pelo corregedor-geral da Justiça Federal, Luís Felipe Salomão.

De acordo com o jornal O Globo, foram apresentados 15 depoimen-

tos sobre a conduta do desembargador, todos convergentes.

A Fenajufe expressa sua solidariedade a todas as vítimas de assédio e reforça a necessidade urgente de o Poder Judiciário adotar políticas mais eficazes de prevenção, além de estabelecer punições mais rigorosas contra qualquer forma de assédio no ambiente de trabalho.

Joana Darc Melo



O apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006 segue como pauta prioritária do movimento



No Mosap, Fenajufe defende articulação também no Executivo pelo fim do confisco nas aposentadorias

A Fenajufe participou, na terça-feira (18), de mais uma reunião do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap) para tratar de dois temas urgentes para o segmento: o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6254 – que questiona a tributação de valores acima do salário mínimo sobre benefícios previdenciários de funcionários públicos.

Participaram a coordenadora Lucena Pacheco e Soraia Marca (de forma virtual) e o coordenador Fábio Saboia presencialmente. Da base, participação do Sitraemg/MG, Sisejufe/RJ, Sindiquinze/SP, Sintrajufe/CE, Sinje/CE e Sindjufe/MS.

O coordenador Fábio Saboia des-

taçou que é importante intensificar a luta no Congresso Nacional junto aos parlamentares e criar pontes com o Executivo pelo fim da taxaço.

Por sua vez, a coordenadora Soraia Marca alertou para termo correto do que acontece atualmente com as servidoras e servidores aposentados: não é desconto, é confisco. Para a diretora, falar em desconto minimiza muito o que está acontecendo. Soraia reiterou, ainda, que o foco precisa ser também no Executivo.

PEC 6/2024

A pauta prioritária do Mosap continua sendo o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006; até a publicação desta matéria, foram proto-

colados 236 requerimentos com o pedido. O presidente do Mosap, Edson Haubert, informou que foi encaminhado ofício solicitando audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) para tratar do tema; além disso, foram enviados ofícios aos deputados que não protocolaram o requerimento de apensamento.

A PEC 6 busca atualizar alguns aspectos da PEC 555, entre eles a contribuição previdenciária de servidoras e servidores aposentados e pensionistas com redução de 10% ao ano - a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres - sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

ADI 6254

Já a ADI 6254 faz parte de um bloco com outras ações que questionam artigos da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019) que aumentam a alíquota cobrada das servidoras e servidores. As outras ADIs são a 6258 e 6271; a Fenajufe acompanha como amicus curiae as três ações.

O julgamento da ADI 6254 está suspenso no Supremo Tribunal Federal (STF) após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, em junho de 2024, e devolvida aos autos em outubro. Cabe ao relator das ADIs e presidente do STF, ministro Roberto Barroso pautar.

Raphael de Araújo

Auxílio-saúde

Fenajufe se reúne com juiz auxiliar da Corregedoria do CSJT para tratar da regulamentação do benefício



O CSJT publicou três normativos com várias restrições ao benefício, prejudicando os servidores

A Fenajufe e o Sindiquinze/SP se reuniram com o juiz auxiliar da Corregedoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Giovanni Olsson, para discutir a regulamentação do auxílio-saúde dos servidores e servidoras da Justiça do Trabalho. Recentemente, o CSJT publicou três normativos (Atos nº 16, 17 e 18), que impõem diversas restrições ao benefício, resultando em prejuízos para os servidores e servidoras.

Participaram da reunião a coordenadora da Fenajufe Soraia Marca e o presidente do Sindiquinze, José Aristéia Pereira, acompanhados pelo advogado Jean P. Ruzzarin, do escritório Cassel Ruzzarin Advogados.

Uma das principais restrições é a

fixação de um valor muito abaixo do esperado para o reembolso do auxílio-saúde – apenas R\$ 546,00. Além disso, foi suspensa a previsão de acréscimo de 50% no reembolso para servidores com deficiência, doenças graves, acima de 50 anos ou com dependentes nessas condições.

Durante o encontro, o juiz auxiliar Giovanni Olsson, que tratou do assunto enquanto conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ouviu atentamente as manifestações dos dirigentes sindicais e do advogado, mostrando sensibilidade à proposta de uma regra de transição para evitar a redução abrupta dos valores do benefício.

Segundo Olsson, a definição do tema no CSJT pode levar mais tempo, especialmente diante da possibilidade

de pedidos de vista durante a sessão do CSJT marcada para o dia 31 de março, quando a regulamentação do auxílio-saúde poderá ser discutida.

Mobilização nacional pela isonomia do auxílio-saúde

Esse cenário reforça a importância da atuação dos sindicatos para garantir a regulamentação do benefício de maneira justa e igualitária para todos(as) os(as) servidores(as). A Fenajufe, portanto, destaca que o dia 31 de março será um dia de luta pela isonomia do auxílio-saúde. A Federação

orienta que, nesse dia, a mobilização contra os normativos do Conselho seja intensificada.

Em Brasília: será realizado um ato no CSJT durante a sessão. A presença da categoria será fundamental para reforçar a urgência pela isonomia no auxílio-saúde, mesmo que o tema não esteja oficialmente na pauta.

Nos estados: Os sindicatos devem organizar atos em frente aos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), fortalecer as mobilizações nas redes sociais e aumentar a pressão sobre os presidentes dos tribunais, que compõem o CSJT.

Fernanda Miranda

Democratização do Judiciário

Fenajufe participa de debate no CNJ

A Federação reafirmou a defesa da participação das (os) servidoras (es) nas decisões dos conselhos superiores

A Fenajufe participou como palestrante de seminário organizado pelo Conselho Nacional de Justiça na terça-feira (18).

A coordenadora Lucena Pacheco compôs a mesa com o tema “Diálogos sobre a Democratização do Poder Judiciário”, onde dividiu o espaço com representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, (Anamatra), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação dos Magistrado Brasileiros (AMB) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Também participaram os coordenadores plantonistas da semana, Soraia Marca e Fábio Sabóia. Além deles, acompanharam do plenário, José Aristéia, presidente do Sinquinze-SP, o assessor institucional da Federação Alexandre Marques e Engelberg Belém, coordenador do Sintrajufe-CE.

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso fez a abertura do evento. Guilherme Feliciano, coordenador do Fórum de Carreira do CNJ também integrou a mesa de abertura. Feliciano integra a Comissão de Democratização e Modernização dos Serviços Judiciários do CNJ.

Em um dos trechos de sua palestra,

a dirigente destacou o empenho da Fenajufe para garantir que servidoras e servidores tenham cadeira nos tribunais e conselhos, para que as decisões das instituições sejam elaboradas sob a ótica da categoria e não apenas dos magistrados.

Segundo ela, a “*estrutura do Judiciário*

foi historicamente moldada para ser mais fechada e corporativa, e a ausência de representação dos servidores nos espaços decisórios reforça essa cultura.”

Lucena reforçou a fala do jurista Dominique Rousseau quando disse que “a democracia não se limita ao voto, mas se constrói no respeito aos

direitos e na participação contínua dos cidadãos.” Para a coordenadora, quando essa participação é reduzida, abre-se espaço para um distanciamento entre as instituições e a sociedade, e isso mina a legitimidade do sistema democrático.

Joana Darc Melo



A reestruturação da carreira não pode mais ser adiada

A importância da mobilização da categoria

O momento é de exigir a valorização das carreiras do PJU e MPU, com uma reestruturação que reconheça a importância do trabalho dos servidores

A luta pela valorização das carreiras do Poder Judiciário da União (PJU) e do Ministério Público da União (MPU) avançou com um passo fundamental: a Fenajufe acertou ao cobrar do Fórum Permanente de Gestão da Carreira do CNJ o compromisso de tratar a reestruturação ainda em março. Esse movimento é essencial para garantir que a pauta da carreira não seja mais postergada e que a Administração assuma sua responsabilidade com os servidores que sustentam o funcionamento da Justiça.

Além disso, a Federação também solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao MPU que se comprometam efetivamente com a valorização das carreiras dentro de suas estruturas, deixando claro que não basta oferecer reajustes paliativos. A solução para a defasagem salarial e para a crescente exploração da mão de obra qualificada passa necessariamente por uma reestruturação ampla, que corrija distorções e estabeleça um modelo de carreira mais justo e moderno.

A reestruturação precisa seguir uma estrutura justa

A correção das distorções salariais dentro do PJU e MPU passa pela consolidação de uma estrutura remuneratória equilibrada entre os cargos,

garantindo que os vencimentos sigam a proporção de 100-85-70 para Analistas, Técnicos e Auxiliares, respectivamente. Essa estrutura já foi defendida pela categoria e representa um modelo mais justo de reconhecimento das atribuições e responsabilidades de cada cargo.

Além disso, é fundamental que o topo da carreira do PJU e MPU esteja no mesmo patamar das carreiras do Ciclo de Gestão, da Receita Federal e do Legislativo. A complexidade das atividades desempenhadas pelos servidores do Judiciário e do MPU exige que a remuneração seja compatível com essas carreiras estratégicas do serviço público, garantindo não apenas a valorização dos servidores, mas também a retenção de talentos e a melhoria da prestação jurisdicional.

Gestão por competências sem remuneração: a exploração precisa ser combatida

Um dos maiores desafios enfrentados pelos servidores do PJU e do MPU é a gestão por competências sem remuneração adequada. Esse modelo, importado da iniciativa privada, já foi superado no setor privado, onde a gestão por equipes tem se tornado predominante. No entanto, no serviço público, essa lógica segue sendo aplicada sem qualquer contrapartida financeira.

Na prática, isso significa que os servidores são cada vez mais qualificados, desempenham tarefas de alta complexidade e assumem novas responsabilidades sem que isso se reflita em suas remunerações. A situação é ainda mais

grave para os Técnicos e Auxiliares Judiciários, que seguem subvalorizados dentro da estrutura de carreira, mesmo sendo peças fundamentais para o funcionamento do Judiciário e do MPU.

Se o serviço público exige mais capacitação, eficiência e inovação dos seus servidores, é indispensável que haja um modelo de carreira que reconheça essa entrega e remunere adequadamente as competências exigidas.

O reajuste imediato: uma conquista parcial que não substitui a reestruturação

A recente proposta de reajuste imediato no Judiciário e no MPU não é resultado de benevolência da Administração, mas sim fruto da mobilização dos servidores. Ainda que tenha sido impulsionado pela necessidade de aumentar o teto salarial da magistratura, do MPU e dos parlamentares, ele demonstra que a pressão da categoria gera conquistas.

Porém, esse ciclo se repete há anos:

✓ Sempre que chega o prazo para o reajuste dos subsídios da magistratura e dos membros do MPU, há a necessidade de elevar o teto salarial do funcionalismo.

✓ Paralelamente, os parlamentares também garantem seus aumentos salariais.

✓ Para evitar que isso gere revolta no serviço público, é oferecido um reajuste imediato aos servidores, sem compromisso real com a valorização das carreiras.

Por isso, a mobilização da catego-

ria é fundamental para garantir que esse reajuste não seja utilizado como desculpa para adiar a reestruturação da carreira. Não estamos em tempos de abrir mão de nenhuma recomposição salarial, mas a principal luta é a diminuição das distorções salariais, garantindo que o maior salário da nossa carreira esteja no mesmo patamar das carreiras estratégicas do Executivo, da Receita Federal e do Legislativo.

Mobilização nacional

Diante desse cenário, as mobilizações convocados pela Fenajufe, em conjunto com os sindicatos de base, são momentos decisivos para demonstrarmos a força da categoria e pressionarmos a administração a avançar com a reestruturação da carreira.

Essas mobilizações são a resposta da categoria à inércia da Administração e ao modelo de exploração que vem sendo aplicado. É o momento de exigir a valorização real das carreiras do PJU e MPU, com uma reestruturação que reconheça a importância do trabalho dos servidores e corrija as distorções salariais e estruturais que têm se acumulado ao longo dos anos.

A Fenajufe e os sindicatos de base estão mobilizados, mas a força da luta depende da adesão massiva dos servidores. Somente com uma demonstração clara de insatisfação e organização seremos capazes de mudar esse cenário e garantir que a reestruturação saia do papel.

A hora de agir é agora. A mobilização é o único caminho para conquistarmos um Judiciário e um MPU mais justos para quem faz a Justiça acontecer.





Forte atuação da Fenajufe garante reajuste do auxílio-alimentação acima da inflação

Aumento de 22,19% é resultado do trabalho da Federação no Legislativo e nos órgãos do PJU

Após meses de articulação política no Congresso Nacional e junto às administrações dos tribunais, a Fenajufe conquistou mais uma vitória para os servidores e servidoras do PJU: o reajuste do auxílio-alimentação foi concretizado com um aumento de 22,19%. A portaria conjunta nº 03/2025, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nessa terça-feira (25), eleva o valor do benefício de R\$ 1.460,40 para R\$ 1.784,42, superando a inflação e garantindo um aumento digno para a categoria.

Vale destacar que esse reajuste acima da inflação é resultado de um intenso trabalho legislativo da Federação durante a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024. A Fenajufe atuou para suprimir um artigo do PLDO que limitava esses reajustes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA). A emenda foi apresentada pelo deputado Reimont (PT/RJ), a pedido da Fenajufe, com apoio de outros parlamentares, e por meio dela, foi possível aprovar a LDO sem as restrições orçamentárias.

Logo após, a Federação enviou ofícios aos tribunais e conselhos superiores solicitando o reajuste dos benefícios, conforme a LDO. Contudo, em 3 de fevereiro deste ano, o CNJ publicou um reajuste de apenas 4,83% (R\$ 67,30), o que foi amplamente criticado por não acompanhar a inflação dos alimentos, ao contrário do que foi concedido aos servidores do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 12 de fevereiro, a Federação se reuniu com o diretor-geral do STF, Eduardo Toledo, para reforçar a necessidade de um reajuste condizente com a realidade econômica. O diretor reconheceu a

reivindicação, explicando que o reajuste anterior havia sido baseado na equiparação com os valores pagos aos servidores do Congresso Nacional. A Fenajufe, no entanto, continuou firme em sua demanda e, ao ser anunciado o reajuste do auxílio-alimentação de 22,19% para os servidores do Senado, solicitou formalmente a todos os tribunais superiores e ao MPU que o mesmo percentual fosse aplicado aos(as) servidores(as) do PJU. Primeiro, o STF acolheu o pedido e, em seguida, os demais tribunais, por meio da portaria conjunta.

A luta continua

O reajuste do auxílio-alimentação é um dos pontos da pauta nacional de reivindicações da categoria, que foi formalmente enviada ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso e ao procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Diante da conquista do reajuste do auxílio, agora a Fenajufe concentra seus esforços para que outras reivindicações também sejam atendidas, como a implementação da reestruturação da carreira, com a redução da diferença salarial entre cargos, seguindo o modelo de 100-85-70; ciclo de gestão; recomposição das perdas inflacionárias dos salários; além do Adicional de Qualificação (AQ) aprovado no Fórum de Carreira do CNJ, entre outros pontos, conforme resolução aprovada nas plenárias de Belém e Natal pela categoria.

Fernanda Miranda